

Página Aberta

# Sustentabilidade

X

# educação

Lincoln Mattos Cabello

## Resumo

Este artigo tenta estabelecer a relação entre sustentabilidade, globalização e educação. Indica as raízes do processo, sua evolução e conseqüências nas economias do Terceiro Mundo e como podem acelerar ou impedir o desenvolvimento econômico. Descreve como o conceito de sustentabilidade originariamente voltado para o meio ambiente e os recursos naturais se expandiu. O autor sugere que o crescimento econômico deve se alicerçar na educação e apresenta uma série de medidas que podem ser tomadas para que os objetivos pretendidos sejam alcançados.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade - Políticas Públicas - Globalização.

## Introdução

A necessidade de se estabelecer um consenso para o conceito de sustentabilidade e um elo entre ele e os diversos campos das ciências sociais, é o objetivo princi-

pal deste trabalho. O uso indevido e o não entendimento contribuíram para a banalização do conceito. A expressão sustentabilidade foi originalmente aplicada às políticas públicas voltadas para o meio ambiente. Essas políticas, elaboradas na década de 70, enfatizavam a premência de se criar uma estratégia alternativa de desenvolvimento econômico, baseada em

valores sociais e ético-culturais que surgiram da conscientização da necessidade de mudança da nossa concepção de organização social.

Segundo Hobsbawn, (1994), a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável como

sendo aquele que deve atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro, surge na segunda metade da década de 80, no relatório da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMMAD).

As idéias defendidas por Sachs, no Relatório da Comissão Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), cri-

**Lincoln Mattos Cabello**  
Ph.D em Educação pela  
George Washington  
University, Washington  
D.C., EUA.  
Assessor da Fundação  
Cesgranrio

ada em 1983, propunham uma estratégia multidimensional e alternativa de desenvolvimento, que articulava promoção econômica, preservação ambiental e participação social. As premissas do conceito de sustentabilidade foram lançadas e iam ao encontro ao modelo econômico dos países industrializados preocupados com as altas taxas de crescimento demográfico dos países menos favorecidos e a crescente dependência da demanda do mercado externo.

As políticas de desenvolvimento implementadas pelos países ricos somadas à recessão econômica redundaram em estratégias inócuas e resultados negativos, fatos estes constatados por organismos multilaterais como o Banco Mundial, PNUD e apresentados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 e na África do Sul em 2002.

Segundo Rattner (1984), o conceito de sustentabilidade deve estar associado a novas formas de apropriação e de uso de todo o ambiente e, também a uma definição do estado desejável da sociedade no futuro. A questão principal é como criar instituições democráticas capazes de induzir a um processo de desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente sustentável, e ao mesmo tempo manter o controle e definir os limites políticos que devem reger o mercado.

Hobsbawn (1994) afirma que após 1973 se evidencia uma crise que leva o mundo de maneira irreversível para a instabilidade, a qual, de início, não foi reconhecida em seu aspecto global nos países capitalistas desenvolvidos até o colapso do "socialismo real".

Em seu Dicionário de Sociologia, Johnson (1997) define globalização como um processo no qual a vida social nas sociedades é cada vez mais afetada por influências internacionais. Talvez a forma mais poderosa de globalização seja a econômica, na qual o planejamento e o controle expandem-se de um foco de interesse relativamente estreito – como uma empresa isolada que negocia em base regional ou nacional – para um foco de interesse global no qual o mundo inteiro serve como fonte de trabalho, de matéria-prima e de mercados.

O desafio é o de perceber o que está subjacente ao conceito de sustentabilidade assim como criar uma política internacional que possa reduzir as relações desiguais entre os países.

## Histórico

De acordo com o Global Initiative Report (LAMBERT, 2002), sobre sustentabilidade, a expansão dos mercados de capitais e a tecnologia de informação continuam a trazer oportunidades imprevistas para a criação de uma nova riqueza, entretanto, é também necessário assinalar que as mudanças sociais são necessárias para reduzir a desigualdade social. Contudo, estas mudanças dependem, em grande parte, da vontade política do governo e das instituições governamentais e não governamentais que ainda são os maiores atores do processo de globalização.

O maior desafio em países em desenvolvimento é a construção de um modelo político que contenha novos conceitos de políticas públicas, práticas modernas de gerenciamento, estratégias organizacionais e promova as mudanças no sistema

educacional no sentido de garantir, em longo prazo, as necessárias mudanças sociais.

O conceito de sustentabilidade tornou-se essencial em um mundo onde algumas multinacionais ou empresas transnacionais são mais poderosas que países emergentes cujas economias ainda dependem do fluxo do capital internacional, tendências do mercado e estabilidade política.

Apesar do conceito de sustentabilidade estar relacionado à economia e ao meio ambiente, também tem sido usado em outras áreas tais como educação e saúde. O uso indevido e freqüente do conceito descaracterizou o seu significado que é garantir medidas políticas e econômicas que assegurem, a longo prazo, as políticas públicas.

As sociedades modernas não podem mais conviver com sistemas educacionais obsoletos se quiserem alcançar um crescimento econômico sustentável. Mudanças sociais efetivas devem ser feitas no âmago do seu sistema político e educacional e novos objetivos devem ser perseguidos no sentido de livrar-se de uma mentalidade anacrônica que pode pôr em risco o crescimento econômico.

Portanto, o processo de globalização expandiu o uso de novas tecnologias relativas à transferência de informações, objetivando facilitar o estabelecimento de modelos novos de gerenciamento internacional para acompanhar as tendências do mercado internacional, e acima de tudo, estabelecer novos horizontes para o conceito de desenvolvimento socioeconômico.

Porém, como os países emergentes podem enfrentar essas mudanças irreversíveis? Como eles podem se adaptar a esta nova realidade econômica? O que pode ser feito para parar o processo de aculturação nos países menos desenvolvidos? Como preservar a sua identidade cultural? Como sustar o aparecimento de um nacionalismo exacerbado, conflitos étnicos e ódio irracional? É possível que, num futuro próximo, o conceito tradicional de nacionalidade seja revisto, posto que haverá organizações transnacionais, internacionais e investidores mais afluente que os países em desenvolvimento.

A complexidade desses fatores levou cientistas sociais e analistas políticos a uma percepção gestáltica do processo de globalização e da sua própria dinâmica, obrigando-os, portanto, a buscar um novo conhecimento que permitisse o entendimento desta nova realidade econômica.

Governos, instituições, indústrias e detentores de alguma forma de poder cientificizaram-se da proliferação de mecanismos criados para estimular o desenvolvimento econômico e novas estratégias organizacionais, resultando em novos indicadores no sentido de atender à demanda do mercado internacional.

Contudo, as mudanças socioeconômicas não ocorrem por acaso. O foco do processo de globalização reside na história sociopolítico e econômica dos países industrializados e nas mudanças sociais ocorridas nestes dois últimos séculos. A Revolução Industrial na Inglaterra afetou as economias domésticas de suas colônias e o mercado internacional. Altas taxas de desemprego, greves e o surgimento de movimentos políticos levaram ao es-

tabelecimento de um novo relacionamento entre patrões e operários, dando origem a um novo sistema de comercialização entre a Inglaterra, suas colônias e outros países.

Os meios de produção e o processo de acumulação de capital passaram a ser exercidos por uma nova classe social que exigia a adoção de medidas políticas e sociais que permitissem a redução da desigualdade social através da distribuição da renda e conseqüente desconcentração da riqueza. A Revolução Industrial ocorreu em outros países europeus, principalmente na França, cujos valores culturais e intelectuais foram emulados pelos países em desenvolvimento na América Latina e África.

Durante o período colonial a exclusão social aumentou de uma forma considerável uma vez que o povo não tinha acesso à educação. O sistema educacional *estava subordinado ao modelo político e econômico vigente naqueles países. Portanto, o sistema educacional adotado baseava-se no processo de sustentabilidade política e econômica que o legitimava.* Criar mecanismos que garantam a efetividade, a médio e longo prazo, das políticas públicas que foram e ainda são ambíguas. As diferentes características deste processo podem bloquear ou acelerar a implementação de um programa social, que depende, largamente, da vontade política, dos partidos políticos, sindicatos e da sociedade. Sustentabilidade, portanto, não é mais uma mera questão de traçar estratégias. Trata-se de um instrumento político especificamente criado para aumentar a eficácia dos resultados, a longo prazo, em um dado segmento socioeconômico.

As políticas públicas voltadas para educação deveriam priorizar as ações que possibilitassem à escola uma releitura de sua função social. Para tanto, seria necessária a elaboração de políticas específicas para cada nível de ensino, sobre o papel dos diretores e professores, sobre o desempenho do aluno, sobre a necessidade de uma maior participação dos pais ou responsáveis, participação da comunidade e liderança política levando em consideração o contexto sociopolítico e cultural nacional.

O conhecimento é a riqueza suprema e é na escola que este processo se faz. De fato, o grau de desenvolvimento econômico de um país reflete o seu modelo educacional, que se traduz nos seguintes indicadores: uma sólida educação básica, uma alta taxa de desempenho escolar, professores qualificados, uma ampla rede de escolas e um profundo sentido de cidadania. Estas são as bases para se implementar um processo de sustentabilidade na área da educação.

## Sustentabilidade e educação

As inúmeras significações e conotações do conceito de sustentabilidade e as suas articulações com o processo de educação no contexto de um mundo globalizado, implicam perceber que o referido conceito pode ser aplicado a um processo formal ou não-formal de educação onde, de fato, ocorrem as mudanças sociais, uma vez que ele age como um elemento de integração entre os diversos setores da economia com intensidades variadas.

Conseqüentemente, há uma relação implícita entre educação, sustentabilidade e os processos de avaliação, posto que estes revelam o que precisa ser feito, que rumos devem ser tomados, que medidas e tempo são necessários para garantir a efetividade e continuidade do crescimento econômico. Na década de 60, surgiu uma preocupação entre os economistas dos países industrializados quanto aos fatores que levavam estes países a altas taxas de crescimento econômico.

São várias as teorias que tratam do processo de crescimento econômico sustentado, entretanto, poucas são aquelas que enfatizam o papel do capital humano – educação, como responsável a longo prazo por indicadores sociais significativos. Segundo Paulo Tenani (2002), em seu "Human capital growth", a história brasileira mostra que o crescimento econômico, durante a fase de industrialização via substituição de importações (1955 a 1981), baseou-se, principalmente, na acumulação de capital líquido o que explica o caráter irregular e limitado do modelo de desenvolvimento econômico do país.

Para o autor, não há outra maneira de um país crescer de forma sustentada, senão por meio da acumulação conjunta dos dois insumos de produção: capital físico, por meio de poupança e investimento, e capital humano, pela educação.

O século XXI é o século do conhecimento, o que implica na adequação dos modelos econômicos à economia do conhecimento através da absorção, criação, disseminação e uso do conhecimento de uma forma intensiva e planejada. Cabe, portanto, ao governo estabelecer parcerias com as universidades e centros de

pesquisas com o objetivo de gerar conhecimento, captar e adaptar tecnologias de ponta para melhorar o nível educacional e a qualificação profissional. Tais medidas teriam por objetivo a redução do chamado desemprego tecnológico e a concentração de renda e reforçariam a sustentabilidade das políticas educacionais.

Educadores devem estar atentos à conotação político-econômica implícita do processo de sustentabilidade e elaborar políticas públicas e estratégias que envolvam tecnologias atualizadas nas áreas de informática, avaliação e gestão escolar com a finalidade de aumentar a produtividade do setor educacional.

Bartholo Júnior (1999) assinala que as tecnologias de sustentabilidade podem ser expressas como uma quantidade de habilidades e de conhecimentos específicos para implementar processos factíveis e eticamente desejáveis. Para ele, as tecnologias de sustentabilidade estão relacionadas aos meios de produção, comercialização, assim como as organizações sociais, modelos de distribuição de renda e ao processamento de informações.

Conseqüentemente, não é mais possível dissociar o modelo de desenvolvimento econômico sustentável das políticas públicas. Estas devem estar voltadas para a qualificação profissional, a formação e a habilitação dos professores e a avaliação do desempenho escolar, que somados resultariam no aprimoramento do nível educacional. A globalização da economia aumentou a demanda de conhecimento para determinados segmentos do mercado interno, gerando assim novos empregos e a formação de mão-de-obra especializada, principalmente na área de informática.

Em seu artigo "Globalização e educação: exigências e tendências", Jorge Ferreira da Silva (1997) diz que a globalização impõe novas formas de entendimento e implica novos modos de comportamento em relação às exigências de uma política educacional voltada para os resultados e para a equidade, que significa um deslocamento dos processos ou meios para as finalidades, e que tem por conseqüência a flexibilização processual e instrumental e adoção de uma medida de igualdade para todos os membros da sociedade, como a universalização do ensino fundamental.

A universalização do ensino fundamental, preceito constitucional brasileiro, é uma das premissas prioritárias do Banco Mundial para os países emergentes, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico, não leva em consideração o fator qualidade, posto que o objetivo é a democratização do sistema educacional o que vem ao encontro dos objetivos definidos na nossa Constituição (BRASIL, 1998) e na Lei 9394/96 (BRASIL, 1996):

- "pleno desenvolvimento da pessoa ;
- preparo para o exercício da cidadania,
- qualificação para o trabalho".

Contudo, pouco se faz pelo ensino médio, embora esteja prevista uma progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade no Artigo 4º, 2º parágrafo da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Observa-se que houve uma extraordinária expansão deste nível de ensino nestas duas últimas décadas. Quanto ao ensino superior observa-se que, nesta última década, os recursos destinados à ciência e tecnologia foram reduzidos. As universidades e centros de pesqui-

sa não mais eram considerados como fatores decisivos de desenvolvimento econômico e mobilidade social. A universalização do ensino fundamental não afasta o caráter elitista do sistema educacional brasileiro, apenas o reduz. O que ocorre de fato, é que os diversos níveis de ensino são desconectados entre si, na realidade, eles constituem subsistemas isolados pouco contribuindo, a médio e longo prazo, para a redução da desigualdade social.

Os efeitos da globalização no sistema educacional brasileiro espelham o labirinto em que nós educadores nos encontramos e a figura do minotauro - a sustentabilidade das políticas educacionais, parece refletir nossas parcas alternativas diante de um poder maior do que a nossa capacidade de entendimento. Por um lado, um mercado doméstico e internacional cada vez mais voraz, cada vez mais sofisticado em suas exigências e necessidades e, por outro lado, um contingente de professores não capacitados, perplexos por não absorverem as mudanças sociais causadas pelas inovações tecnológicas, de alunos que não tiveram a sua aprendizagem atualizada, de escolas sem a necessária infraestrutura, de projetos pedagógicos engessados sem a devida dimensão política e por último, a ausência de uma visão macroeconômica da educação e da sua função social.

A elaboração de políticas públicas, a adoção de estratégias específicas e a criação de mecanismos para cada setor da economia como um todo e, em especial, para o setor educacional são determinantes na redução dos efeitos perversos, imediatos e devastadores do processo irreversível da globalização e indicariam uma nova maneira de abordagem dos nossos governantes.

## Considerações finais

O autor tentou contribuir para um entendimento mais detalhado da relação entre sustentabilidade e o processo histórico da globalização, que é, em última análise, a exacerbação do capitalismo e suas nefastas conseqüências nos diversos grupos sociais no mundo. Não há dúvidas quanto aos progressos alcançados nos setores de telecomunicações, da informática, da medicina e da indústria bélica etc. Contudo, a desigualdade social aumentou, o que pode ser mensurado pelo aumento da miséria, da fome, do desemprego, do crime e da violência, em níveis assustadores, nos países emergentes onde os investimentos em educação não são significativamente expressivos quando comparados aos seus dados demográficos e à demanda social por educação.

Os tigres asiáticos investiram progressivamente em educação, adequando as suas economias à sociedade de conhecimento, que se baseia na criação, disseminação e transferência de tecnologia de ponta com a finalidade de torná-la internacionalmente competitiva o que efetivamente ocorreu. De fato, eles perceberam que o processo de acumulação de capital tinha que considerar os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais para resultar num processo de crescimento econômico sustentável, que permitisse a redução das desigualdades e aumentasse a mobilidade e flexibilidade sociais nas classes menos favorecidas.

○ Brasil não difere dos demais países emergentes a não ser por dois fatores significativos: os dados demográficos indicam que a nossa população está em torno de 180 milhões e a presença de

um mercado interno, que se apóia em 1/3 desta população. Estes dois fatores indicam a necessidade urgente de maiores investimentos no setor educacional para enfrentarmos os países informatizados no mercado internacional e os seus acordos comerciais multilaterais.

A educação, como alavanca de crescimento econômico e ascensão social, deve ser basicamente democrática, criando oportunidades para todos, independente da raça, cor, sexo e religião. Observando, portanto, que as desigualdades sociais só existem em sociedades pluralistas e economicamente frágeis, onde o conceito de sustentabilidade aplicado à educação se restringe somente ao estudo do ambiente.

No caso brasileiro, o sistema educacional é definido pela Lei Diretrizes e Bases, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares, que estabelecem objetivos, metas e prioridades a serem implementadas pelo governo, em nível nacional ou estadual, através do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Vale ainda ressaltar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O Fundo, instituído em 1996, teve por finalidade a reestruturação do financiamento do Ensino Fundamental no país e passou a ser uma política pública voltada para a sustentabilidade do Ensino Fundamental. Atualmente, há uma discussão sobre a redefinição dos seus objetivos básicos.

No entanto, apesar das leis, resoluções e pareceres, o nosso sistema continua não preenchendo as lacunas necessárias para o estabelecimento de um cres-

cimento econômico sustentável. As mazelas do nosso incipiente modelo educacional continuam as mesmas a despeito de alguns avanços em algumas áreas. Segundo as estatísticas, 97% das crianças na faixa de 7 a 14 anos estão na escola, o que caracteriza a universalização do ensino fundamental quanto à questão quantitativa. Em relação ao aspecto qualitativo o quadro se agrava, posto que as avaliações internas e externas revelam que o estudante pode chegar à 4ª série sem o domínio da língua portuguesa e incapaz de resolver as quatro operações. Fica evidenciado, portanto, o caráter elitista do nosso sistema posto que só beneficia os alunos cujos pais têm uma certa autonomia financeira o que lhes possibilita complementar o conteúdo assimilado por seus filhos.

A capacitação dos professores de uma forma contínua e sistemática é imprescindível na busca da qualidade e da realização pessoal. A valorização do professor não é unilateral. Cabe ao professor procurar complementar o seu conhecimento geral ou específico, atualizar-se em novas técnicas pedagógicas através da participação em seminários, simpósios e em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Cabe ao governo o estabelecimento de políticas e programas voltados para a obtenção de um melhor desempenho dos professores. A ausência ou insuficiência de uma política pública voltada para a capacitação do professor reduz a oportunidade de crescimento profissional, ampliando as perspectivas de uma sociedade injusta e desigual.

Investimentos na infraestrutura das redes estaduais e municipais de ensino são indispensáveis para um planejamento e

distribuição adequados de prédios escolares nas zonas urbanas e rurais para atender às diferentes demandas educacionais. A necessidade de construir e distribuir adequadamente salas de aula, bibliotecas, laboratórios modernamente equipados e ginásios para a prática de esportes é fundamental para o crescimento individual do aluno que se prepara para o mercado de trabalho e torná-lo internacionalmente competitivo em sua especialização.

A elaboração, produção e distribuição de material didático é de suma importância no estabelecimento de um modelo educacional moderno, dinâmico e adequado às necessidades do mercado nacional e internacional. A elaboração e produção de livros e material didático devem, pois, atender aos seguintes critérios:

- valorizar a nossa complexa diversidade cultural através da disseminação dos nossos valores, crenças e hábitos regionais; evitar toda e qualquer tipo de informação preconceituosa e erros de conteúdo; manter um padrão de qualidade e desenvolver no aluno o sentimento de cidadania.

Em relação à distribuição, é necessário estabelecer uma rede nacional de distribuição de livros e material didático para garantir o acesso deste material, no início do ano letivo aos estudantes em todas as regiões do país, reduzindo assim os custos.

A sustentabilidade das políticas públicas para o setor educacional deve necessariamente levar em consideração as medidas acima expostas, para que, a médio prazo, possamos estar em condições de competitividade com os países indus-

trializados. O investimento no capital humano provou ser fundamental para enfrentar os desafios constantes das inovações tecnológicas e da globalização.

Aos educadores, economistas e todos aqueles que lidam com políticas públicas, só resta, portanto, plagiar o poeta: "tudo vale a pena quando a alma não é pequena".

Recebido em: 03/11/2003

Aceito para publicação: 04/03/2004

## ABSTRACT

### Sustainability x Education

*This article is an attempt to fathom the relationship between sustainability, globalization and education in the last three decades. It points out the roots of the globalization process, its evolution and consequences in Third World economies and how they can accelerate or hinder economic growth. It also indicates how the concept of sustainability originally addressed to environment and natural resources had spread over. The author suggests that self-economic growth should be based on education and lists a series of educational measures that should be carried out in order to achieve the intended goals.*

*Key-words: Sustainability – Public Policies – Globalization*

## RESUMEN

### Sustentación x Educación

*Este artículo intenta establecer relaciones entre sustentación y globalización. Las raíces del proceso señalan, su evolución, consecuencias en la economía del Tercer Mundo y como pueden acelerar o impedir el desarrollo económico. Describe como el concepto de sustentación dirigida primeramente para el ambiente y los recursos naturales se amplió. El autor sugiere que el desarrollo económico sustentable se debe basar en la educación y presenta una serie de medidas que se pueden tomar para alcanzar los objetivos pretendidos.*

*Palabras clave: Sustentación – Políticas Públicas - Globalización*

## Referências bibliográficas

- AGRAS, W. S.; WILSON, G. T. Learning theory. In: SADOCK, B.; SADOCK, V. (Ed.). *Comprehensive textbook of psychiatry*. 7th ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins Ed., 2000. v. 1. p. 413
- AUSUBEL, D.; NOVAK, J.; HANESIAN, H. *Psicologia educacional*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1978.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- BLEGER, J. *Psicologia da conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BLOOM, B. S. *Características humanas e aprendizagem escolar*. Tradução Maria Angela Vinagre de Almeida. Porto Alegre: Globo, 1981.
- CHANGEUX, J. P.; DANCHIN, A. *L'unité de l'homme*. Royaumont, France: [s.n.], 1972. Tome 1.
- GLASSMAN, M. Dewey and Vygotsky: society, experience and inquiry in educational practice. *Educational Researcher*, Washington, DC, v. 30, n. 4, p. 3-14, 2001.
- HILGARD, E. *Theories of learning*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1948.
- MOSCOVICI, S. L'ère des représentations sociales. In: DOISE; PALMONARI. *L'étude des représentations sociales*. Paris: Delacaux et Niestlé, 1986.
- MÚJINA. Características psicológicas del preescolar y del preescolar. In: PETROVSKI (Org). *Psicologia evolutiva y pedagógica*. Moscu: Editorial Progreso, 1985. p. 44-79.
- PIAGET, J. *Études sociologiques*. 3e ed. Paris: Librairie Droz, 1977.
- \_\_\_\_\_. Remarques psychologiques sur l'enseignement élémentaire des sciences naturelles. In: PIAGET, J. *De la pédagogie*. Paris: Odile Jacob, 1998.
- PIAGET, J.; INHELDER, B. *Memória e inteligência*. [s.l.: s.n.], 1968.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

VIGOTSKY, L. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. VYGOTSKY, L. *Educational psychology*. Boca Raton, Fla: St. Lucie Press, 1997.

Correspondência:  
lincoln.cabello@bol.com.br

## ERRATA

ENSAIO : avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 12, n. 43, abr./jun. 2004.

CABELLO, Lincoln Mattos. *Sustentabilidade x educação. Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 43, abr./jun. 2004. Página Aberta.

Nas p. 757-758, a relação das referências bibliográficas está incorreta. Abaixo, a relação na íntegra:

### Referências Bibliográficas

BARTHOLO JÚNIOR, Roberto dos Santos. *Ética e sustentabilidade*.

Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988: acompanhada de disposições anteriores... 2. ed. São Paulo: Ed. Oliveira Mendes, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: 23 dez. 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1991:

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JOHNSON, Allan. *Dicionário de sociologia*: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LAMBERT, Alain. *Financing global sustainability*: a proposal for multilateral environment agreements. Nov. 2002. Disponível em: <http://www.conservationfinance.org>. Acesso em: 14 jun. 2004.

RATTNER, Henrique. Acumulação de capital, internacionalização da economia e as PME. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 4, n. 3, jul./set. 1984.

SILVA, Jorge Ferreira da. Globalização e educação: exigências e tendências.

*Pró-Posições*: revista da Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, SP, v. 8, n. 3, p. 24, nov. 1997.

TENANI, Paulo. *Human capital growth*. São Paulo: M. Books, 2002.